

na sua honra, na sua dignidade, teve esta frase que ficou para a História: "Ofende-me quem pode e não quem quer". V. Exa., Sr. Presidente, que encarna nesta hora este inteiro Parlamento ofendido, pode repetir: — quem sabe sem a grandiloquência da frase, sem os seus arroubos retóricos mas com a serena certeza do dever bem cumprido e da paz de sua consciência: "Ofende-me ou ofendem-me quem pode ou os que podem e não quem quer ou os que querem". (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Wilson Lapa.

O SR. WILSON LAPA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, entre a voz magnífica de orador, do nobre deputado Marco Antônio, em nome da bancada do P.S.P., e a voz do nobre e ilustre deputado Padre Godinho, da bancada da U.D.N., ergue-se a voz do Partido de Representação Popular, por meu intermédio, para hipotecar a V. Exa., Sr. Presidente, a mais absoluta e irrestrita solidariedade à conduta de homem público que V. Exa. descreve desde a sua juventude até o exercício do mandato de deputado e na qualidade de Presidente desta Casa. Prestando a V. Exa. esta homenagem, num gesto de solidariedade da nossa bancada, quero testemunhar, Sr. Presidente, no seu semblante, na sua sensibilidade, nas manifestações que distinguiram o seu olhar quando as lágrimas lhe povoam os olhos num gesto de agradecimento espontâneo e antecipado, a manifestação que esta Assembléia presta, na pessoa de V. Exa., ao próprio Poder que representa. Quero testemunhar, Sr. Presidente, que escramos com a tese final do discurso do nobre deputado Padre Godinho. Que importa a nós? Aqui vivemos a vida pública por vocação, não por acidente. V. Exa. não foi convocado por governo nenhum nem foi nomeado para Secretaria nenhuma. V. Exa. encontrou o seu destino, encontrou a sua própria vida e a está vivendo com dignidade, de acordo com o chamamento do seu coração, de acordo com seu temperamento, de acordo com a sua vocação na permanência constante da certeza de que, o que é preciso fazer é viver a vida tal como se foi para ela convocado.

Aqui está, Sr. Presidente, no testemunho destas palavras, no entôdo das palavras do Padre Godinho e das do nobre deputado Marco Antônio, também a palavra do Partido de Representação Popular — a minha pessoalmente, na qualidade de deputado amigo de V. Exa. Nesta nossa batalha, de defesa das instituições democráticas, encontramos como semente inicial, para salvação do País e do próprio Estado de São Paulo a instituição deste regime parlamentar, que vai retirar ao Poder Executivo as prerrogativas que tem e que determinam a crise mais desgraçada que infelicitou esta Nação e está infelicitando São Paulo.

Sabe V. Exa., Sr. Presidente, de acordo com a conduta que tem procurado manter nesta Casa, que durante estes três anos de mandato, a atuação dos deputados da minoria e da maioria, na colaboração mais perfeita e mais harmoniosa no sentido de debate dos problemas, fiscalizada pela Constituição e pelo Regimento Interno, se não encontrou maior guarda para defesa dos pensamentos, para defesa das teses, dos argumentos levados a efeito e registrados pela imprensa, pela imprensa da Casa, pela Taquigrafia e pelo Diário Oficial, se não encontrou guarda maior, se esta Casa não teve do povo reconhecimento melhor, foi única e exclusivamente por culpa deste regime instituído no País e em São Paulo.

A minoria fala, a minoria reclama, a minoria protesta. Tenho ouvido discussões extraordinárias nesta Casa como ainda hoje acabei de ouvir os discursos dos nobres deputados Marco Antônio e Padre Godinho. Entretanto, Sr. Presidente, quando saímos para a rua quando visitamos o nosso Interior, encontramos apenas a notícia de acusação e de ataque à nossa conduta. Está escrito que o povo dá crédito muito mais à acusação do que à defesa. Não temos capacidade e força para transmitir o nosso pensamento ao público de maneira total, através dos microfones. Não temos oportunidade, porque nos faltam recursos materiais, faltam-nos condições de ordem política para fazer com que o povo ouça as notícias do Poder Legislativo, as notícias a respeito da nossa conduta nesta Casa.

Ah! Sr. Presidente, o que nos resta nesta hora não é tão somente repetir a frase do nobre deputado Padre Godinho mas dizer a V. Exa. que neste momento de sofrimento e de amargura para nós, neste momento em que V. Exa. é atingido, neste momento em que o Poder Legislativo é atingido, devemos denunciar a Nação que esta democracia que existe em São Paulo é uma farsa. O que existe realmente nesta Casa e na rua é a angústia desesperada do povo.

Aqui estão, Sr. Presidente, as minhas expressões e a minha conduta testemunhas de que não me arredarei da batalha e estarei com V. Exa. e a Mesa na hora própria para votar a favor desta emenda, à espera de um julgamento não desses que o estão atacando, mas à espera de um julgamento do futuro, quando o povo reconhecido há de verificar que neste esforço extraordinário jogamos as sementes verdadeiras que poderão germinar em benefício de São Paulo e em benefício do Brasil.

O SR. ARARIPE SERPA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, fui um dos primeiros parlamentares a solicitar a palavra, pela ordem e aquela altura era meu propósito suscitar questão de ordem acerca de prática regimental e sobre a Constituição. Colegas desejavam, todavia, usar da palavra para trazer a V. Exa. estes pronunciamentos de solidariedade ao ilustre Presidente da Casa. Assim, perdeu ocasião a questão de ordem que devia suscitar e que me reservo para apresentar no momento em que V. Exa. anunciar o debate de item constante da Ordem do Dia. Mas não poderia, neste instante, colar de maneira alguma um pronunciamento acerca do procedimento de V. Exa. na Presidência da Assembléia Legislativa de São Paulo. Sabe V. Exa. que seu contrário à emenda parlamentarista. Acredito ter sido um dos primeiros parlamentares a fazer registrar nos anais este propósito de combater a emenda parlamentarista e aqui estou para reiterar este propósito de me extremar no limite de minhas forças no combate a essa emenda. Mas V. Exa. vem sendo alcançado por injustas críticas e este Plenário se manifestou na defesa de V. Exa. Mas caberia a V. Exa. ser defendido? Acredito que não. V. Exa. procedeu com lisura, com altivez, com dignidade e independência na presidência dos trabalhos desta Casa e se é verdade que a emenda constitucional que o Poder Legislativo vai apreciar é de iniciativa da Mesa, também é verdade que a ata da convocação desta matéria, para ser examinada não é de V. Exa., do deputado Alcides Nunes Ferreira, do deputado Jacob Zveibil, não é, consequentemente, da Mesa. É de uma parcela ponderável da Assembléia Legislativa, já que 31 deputados requereram regimentalmente a V. Exa. a sua inclusão na pauta. Cria apenas a V. Exa. dar guarida a essa solicitação, a esse propósito de 31 parlamentares que desejavam a apreciação desta matéria e apenas sob o aspecto do mérito da matéria, da sua oportunidade, legalidade e constitucionalidade há de ser posto o problema. V. Exa. não está, de maneira alguma, desmoralizando as tradições da Assembléia Legislativa de São Paulo. Ao contrário, conseguiu V. Exa., com os ataques que lhe foram desfechados e desferidos a unanimidade da Casa, onde se ergueram vozes as mais abalizadas e que representam todas as bancadas sejam da maioria parlamentar que apóia V. Exa., seja da minoria. E isso, que em determinados passos temos discordado da orientação de V. Exa., aqui estamos para prestigiar o procedimento de V. Exa., que honra e engrandece sempre a Assembléia Legislativa de São Paulo. V. Exa. é democrata autêntico e de maneira alguma pode ser alcançado pelas injúrias que alguns jornais veiculam. Não a imprensa independente de São Paulo. Há de ser apenas alguns setores de imprensa paulista, alguns que neste momento não sabem traçar os anseios populares, que estão na linha do respeito à democracia na linha do respeito ao Poder Legislativo, que é o poder basilar do sistema democrático em que vivemos. E aqueles que estão por aí a arrotar neste instante a defesa do povo de São Paulo, do povo paulista, foram aqueles mesmo que silenciaram covardemente, quando o Brasil foi apunhalado na sua liberdade. (Muito bem!) quando seu furtivo, ao vice-presidente da República, os poderes que o povo, através do pronunciamento livre das urnas, havia conferido ao Sr. João Goulart. (Muito bem!)

Estes homens silenciaram, e o Congresso Nacional pôde, na calada da noite, mudar o regime. A Nação deitou, dormiu presidencialista, para acordar parlamentarista. Sem um protesto de ninguém. Antes, ao contrário, com a afirmação de que aqueles homens haviam salvo o regime, haviam salvo a nação, embora vendessem os melhores ideais do povo da nossa terra, da nossa gente, que havia se pronunciado livremente nos pleitos eleitorais.

Estou à vontade para dar este depoimento, deputado Abreu Sodré, porque aqui estou para declarar a V. Exa. que vou me extremar no limite máximo das minhas forças, no combate à emenda parlamentarista. Porque entendo que o Congresso Nacional, que impôs à Nação o parlamentarismo, deve com clareza, deve com firmeza de convicção, apontar aos Estados a obrigação, dentro de prazo certo, para adaptação do regime parlamentar. E não titubeante como procede, inscrevendo no Ato Adicional um plebiscito que certamente não se realizará porque não convém aos interesses dos senhores, dos poderosos do dia, daqueles que são os detentores do poder e do mando na Nação brasileira.

A Carta Magna foi escrita para ser o bastião de defesa das liberdades públicas e do regime que o povo brasileiro houve por bem constituir, e não foi feita para servir apenas aos interesses dos poderosos do dia; não pode ser maleável assim, que atenda apenas a alguns poucos interesses.

Esta Casa é o estuário das opiniões mais legítimas do povo de nossa terra. (Muito bem!) Aqui, cada representante do povo tem a tribuna para proferir o seu pronunciamento e tem a responsabilidade de proferir também um voto. E não cabe a um senhor capitalista, detentor de uma empresa que possui máquinas, que possui dinheiro para aquisição de papel e para efetuar o paga-

mento de funcionários, ao seu talento, impor a sua vontade, como se ela fosse a mais legítima expressão da vontade do povo de nossa terra.

Quem deve julgar os representantes do povo, não são homens isoladamente, mas o povo, através do seu pronunciamento soberano nas urnas. Certo ou errado, o povo vota e no seu voto está a condenação ou a aprovação de todo procedimento.

Eis a declaração que queria fazer neste instante, lealmente, a V. Exa. quando vamos abrir debates em torno de uma proposição de iniciativa da Mesa, — de iniciativa de V. Exa., por força de dispositivo constitucional — mas que irei combater. E com esta mesma convicção, e com esta mesma lealdade, declaro: são injustas os ataques a V. Exa., limitou-se a dar cumprimento a um requerimento de trinta e um parlamentares. Acredito mesmo que ao invés das manifestações de solidariedade aqui produzidas, o que deveria cada um desses subscritores fazer seria comparecer a esta tribuna para dizer: Presidente Abreu Sodré, V. Exa. não é o responsável. Eu, sim, sou o responsável. Assinei a inclusão, nesta convocação extraordinária. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. CARDOSO ALVES (Para reclamação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, podem-me os companheiros de bancada do Partido Democrata Cristão, presentes a este plenário, com exceção daqueles que já falaram sobre o assunto que falarei nesta mesma tarde, — os nossos eminentes colegas Nunes Ferreira e Fernando Mauro — que em seu nome profira neste instante algumas palavras. Antes de fazê-lo, contudo, quero me permitir algumas considerações de ordem pessoal, para, em seguida, traduzir o pensamento desses nobres colegas.

Sempre fui parlamentarista e sempre defendi o sistema parlamentarista de Governo como aquele mais condizente com o regime democrático. Por isso assisti com grande alegria a instituição deste sistema de governo em nosso país. Lamentei, pura e simplesmente, que isso tivesse ocorrido num momento de crise e com a usurpação do teor presidencialista que o povo concedeu ao mandato do Sr. João Goulart, no instante em que o Sr. Jânio Quadros renunciava à suprema cunil da nação. Por força do Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo no Brasil, cri que este sistema de governo devia ser entendido prontamente às demais unidades da Federação. E, assim sendo, solicitei, através de requerimento subscrito por outros Srs. deputados, que esta Assembléia tivesse prontamente sob sua cogitação, sob seus estudos, as deliberações decorrentes do Ato Adicional e ordenatórias da instituição do sistema parlamentar de governo no Estado de São Paulo. Assim, sinto-me responsável em parte, ou quase que unicamente, pela colocação do problema, naquele instante, perante a Assembléia Legislativa de São Paulo. Queria, de fato, que este Parlamento estudasse a matéria e tomasse as deliberações mais condizentes com o direito e com o momento político que vivíamos então. Estudado o requerimento, entendeu-se que a competência para propor a emenda institucional do parlamentarismo em São Paulo era da Mesa da Assembléia Legislativa, à luz de dispositivos da nossa Constituição Estadual, pois se tratava da adaptação desse diploma legal à lei cardinal da nação. V. Exa. e os demais integrantes da Mesa tomaram as decisões que melhor lhes aprouveram. Manifesto-me reiteradamente parlamentarista neste transe, embora reconheça, contudo, que a Assembléia tem o direito de eleger o sucessor do Sr. Carvalho Pinto, que já haverá de governar no novo sistema de Governo, por força de dispositivo da Constituição Federal. Mas acho que devemos abdicar desse direito para que o povo eleja diretamente o seu governador.

No entanto, Sr. Presidente — e passo agora a falar em nome dos nobres colegas do Partido Democrata Cristão — julgo que entre as qualidades que ornamentam a personalidade de V. Exa., uma ganha uma grandeza excepcional: é a lealdade com que V. Exa. trata, neste Parlamento, os Srs. deputados e as causas públicas. Usaram contra V. Exa., de maneira soez, a arma da deslealdade. Essa arma não haverá de atingi-lo, não poderá atingi-lo, e a prova disso é que tantos quantos privam diretamente com V. Exa. nesta Assembléia desfilaram por este microfone, dando o seu testemunho em favor da dignidade, da honradez e lisura com que V. Exa. preside esta Casa. A estas vozes, neste instante, junto as vozes desses companheiros do Partido Democrata Cristão adicionando ainda, da maneira mais eloquente e sincera e mais profunda, a minha própria voz, de amigo pessoal e de admirador de V. Exa., não obstante, registrem os nossos anais lutas acérrimas entre o partido de V. Exa. — tendo-o como seu capitão — e o meu partido.

Não! A arma de deslealdade usada contra a lealdade, e franqueza de V. Exa. não o atinge e não o atingirá jamais. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE — A Presidência quer informar ao nobre deputado que restam apenas cinco minutos para o término da presente sessão.

Tem a palavra, para reclamação, o nobre deputado Miguel Jorge Nicolau.

O SR. JORGE NICOLAU (Para reclamação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, embora sendo o único deputado da bancada do Partido Trabalhista, neste momento, ao Plenário, desta augusta e respeitável Casa, quero também, em meu nome pessoal e em nome da minha bancada, manifestar a nossa inteira solidariedade a V. Exa., em face dos ataques injustificados que vem recebendo. Devemos declarar que V. Exa. cresceu, avultou-se no respeito, na estima e na admiração do povo de São Paulo e do povo brasileiro pela extraordinária coragem que vem revelando na condução dos trabalhos desta augusta Assembléia, enfrentando o problema que nesta hora apasiona e empolga o povo de São Paulo e para o qual convergem todas as atenções do Brasil.

Sr. Presidente, somos daqueles que querem antes de tudo e acima de tudo a solução dos problemas básicos do povo. Queremos que se acabe de uma vez por todas com a exploração do povo brasileiro, com a espoliação dos trabalhadores. Isso, acima de tudo, é o que nos interessa. Mas, verificamos que para atingir esse objetivo temos de defender a majestade e a respeitabilidade da Assembléia Legislativa de São Paulo, atingida na sua plenitude pelos ataques desferidos contra V. Exa. Estamos convencidos de que esses ataques têm outro objetivo e não o de defender os direitos do povo brasileiro. E os direitos do povo brasileiro, estamos convencidos, Sr. Presidente, só se defendem colocando na cadeia aqueles que fazem subir o preço do arroz a 100 cruzeiros o quilo, aqueles que elevam o preço do feijão astronômicamente, aqueles que roubam o suor e as lágrimas dos trabalhadores. Dessa forma é que entendemos a defesa do povo brasileiro. Estamos convencidos, também, Sr. Presidente, de que o objetivo dessa campanha e o colapso das instituições democráticas do país. Essa campanha, atacando a Assembléia de São Paulo, cegamente, tem outro objetivo que não o de defender os interesses e os direitos do povo de São Paulo. Em face disso, não podemos deixar de trazer a nossa solidariedade a V. Exa., que tão bem, nesta hora grave que São Paulo atravessa, vem sabendo representar as gloriosas tradições do parlamento de São Paulo. Sr. Presidente, estaremos nas trincheiras mais avançadas em que o destino nos colocar, para lutar em defesa das liberdades constitucionais e das liberdades do povo.

Finalizando as nossas palavras, renovamos, aqui, a nossa solidariedade a V. Exa., que é a solidariedade ao Poder Legislativo de São Paulo, à democracia e às liberdades constitucionais.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. AUGUSTO DO AMARAL — Sr. Presidente, peço a palavra. O SR. PRESIDENTE — A Presidência, antes de dar a palavra ao nobre deputado Augusto do Amaral, quer informar à Casa que há sobre a mesa requerimento, do nobre deputado Padre Godinho, solicitando prorrogação dos trabalhos por 20 minutos. Em votação o requerimento. Os Srs. deputados que o aprovam permanecem como se acham. Aprovado o pedido de prorrogação da sessão por 20 minutos.

Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Amaral.

O SR. AUGUSTO DO AMARAL — Sr. Presidente, nobres Srs. deputados, inscrito para falar como primeiro orador, na discussão do projeto, eu pretendia dar o pronunciamento do meu partido e o meu próprio a respeito das lamentáveis ofensas dirigidas a V. Exa., Sr. Presidente. Estando porém, por terminar a presente sessão, sem que o projeto seja posto em discussão venho à tribuna desincumbir-me desse encargo, para mim sinceramente pesado, mas ao mesmo tempo equivalente a um dever, pela imposição a que me submete a minha condição de amigo pessoal de V. Exa. e a minha condição de líder de uma bancada cujos componentes desejam expressar, por meu intermédio, seu protesto formal contra as alevisias dirigidas à pessoa de V. Exa., com o objetivo, sem dúvida nenhuma, de atingir o Poder Legislativo.

Não é a primeira vez que a Assembléia é vítima da sanha de certa imprensa, imprensa que, não preciso repetir, age em função de motivos escusos; imprensa que incinora pela cúpula de sua direção, imprensa que é, acima de tudo, dirigida por aqueles que fazem do jornalismo profissão lucrativa, que transformam uma profissão liberal e digna numa banca mercenária.

Julgo conveniente mencionar que se deve distinguir "jornalistas" de "jornaleiros", não aqueles que vendem jornais e que errôneamente, são assim chamados, mas aqueles que fabricam o jornal, que têm empresa jornalística e que usam o serviço de dignos profissionais da imprensa para se locupletarem e para se engrandecerem, torrando-se, na maioria dos casos, verdadeiros "tubalões", como temos muitos no Estado de São Paulo.

Quem fala a V. Exa., Sr. Presidente, é dos deputados mais obscuros deste Plenário (não apoiado), que tem recebido da imprensa tratamento especial, de quase total exclusão de seus noticiários. Não sou dos que merecem referência diária nos jornais, embora alguns jornalistas credenciados nesta